

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída em janeiro de 1990, tendo como objeto social a pesquisa de depósitos minerais, a lavra de jazidas minerais, o beneficiamento de minérios, a transformação industrial e a comercialização mundial do caulim - um produto industrial utilizado, principalmente, na produção de papel, pigmentos e tintas.

As instalações para mineração de caulim encontram se em Ipixuna, enquanto o processamento e embarque de produtos acabados são realizados em Barcarena - ambos no Estado do Pará, Brasil.

Durante o ano de 2008, a capacidade instalada nominal de produção da planta de beneficiamento foi de 1.050 mil toneladas (volumes não auditados). Em 2009, foi concluído o projeto de aumento da capacidade para 1.650 mil toneladas anuais (volumes não auditados). Durante 2009 foram produzidas 994 mil toneladas (1.366 mil em 2008) e vendidas 1.024 mil toneladas (1.370 mil em 2008), das quais 99,9% (99,9% em 2008) destinaram-se a empresas ligadas que distribuem os produtos da Companhia para os clientes finais localizados no Brasil, América do Norte, Europa e Ásia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, já contempladas as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Em 2008, entrou em vigor a Lei nº 11.638/07, bem como as respectivas alterações introduzidas pela Lei nº 11.941/09, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil. Essa nova legislação tem, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelo CPC em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 são as primeiras apresentadas com a adoção das alterações introduzidas por essa nova legislação. A Companhia estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 01 de janeiro de 2008. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e representa a data em que a Companhia preparou o seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

A Companhia refletiu os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra a conta de lucros acumuladas em 1º de janeiro de 2008.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o imposto de renda calculado sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/08 e MP nº 449/08, incluindo os ajustes de moeda funcional pelo CPC 02, foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia ratificou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

Conversão das demonstrações financeiras: As principais práticas de conversão das demonstrações financeiras foram como segue:

i. Moeda funcional

Em 2008, conforme estabelecido pelo CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações, a Companhia definiu que sua moeda funcional era o dólar norte-americano. A perda na conversão das demonstrações financeiras para a moeda funcional da Companhia, referente ao exercício de 2008, foi registrado em conta de "perda líquida na conversão de itens monetários" no resultado, no montante de R\$43.893. Adicionalmente, para atender a legislação societária brasileira, a moeda de reporte adotada para efeito de apresentação das demonstrações financeiras foi o Real. O efeito da conversão para a moeda de reporte foi registrado, de acordo com o CPC 02, na conta de "ajustes acumulado de conversão" diretamente no patrimônio líquido, que em 31 de dezembro de 2008 montou a R\$186.311.

As demonstrações financeiras são baseadas nos registros contábeis mantidos em reais de acordo com legislação societária brasileira. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram convertidas para a moeda funcional da Companhia, dólar norte-americano, de acordo com o pronunciamento CPC 02, que se aplica para as entidades que têm moeda funcional diferente da moeda corrente nacional. As contas de itens não monetários, estoques, imobilizado, intangível, diferido e patrimônio líquido, foram convertidas pelas taxas cambiais das datas das transações. Todas as outras contas foram convertidas pela taxa de câmbio da data do balanço patrimonial. As receitas e despesas foram convertidas utilizando as taxas cambiais em vigor nas datas das transações ou médias mensais nessas datas se o efeito não for relevante, exceto as relacionadas com ativos não monetários que foram convertidas pelas taxas históricas. Todos os ganhos e perdas advindos dessas conversões foram considerados no resultado do exercício.

Em 2009, a Administração da Companhia avaliou as premissas e fatores primários e secundários relacionados à definição da moeda funcional de acordo com o CPC 02, observando-se uma alteração significativa nas operações correntes da Companhia, notadamente na influência que a moeda Real passou e passará a ter nos preços de venda dos nossos produtos, assim como no fato de a Companhia estar se financiando cada vez mais em moeda local (Real), de forma que a Administração concluiu que sua moeda funcional, a partir de 06 de outubro de 2009, passou a ser o REAL. Dessa forma, a Companhia converteu todos os saldos de balanço em 30 de setembro de 2009 para a nova moeda utilizando a taxa cambial na data da mudança, ou seja, a taxa de câmbio de 6 de outubro de 2009. Os valores convertidos resultantes para os itens não monetários passaram a ser tratados como se fossem custos históricos. O efeito da conversão para a nova moeda funcional foi registrado diretamente no patrimônio líquido, de acordo como o CPC 02, na conta de "ajustes acumulados de conversão", sendo seu saldo de R\$74.925 em 31 de dezembro de 2009. O ganho líquido registrado no resultado do exercício de 2009, decorrente da conversão dos itens monetários de 1 de janeiro até o momento da mudança da moeda funcional (06 de outubro de 2009) foi de R\$51.798.

ii. Moeda de reporte - As contas do resultado e do balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2008 foram convertidos da moeda funcional para a moeda de apresentação, Reais, por meio dos seguintes procedimentos:

a) Os saldos iniciais e finais de ativos e passivos foram convertidos utilizando a taxa de fechamento na data do respectivo balanço;

b) o patrimônio líquido inicial foi convertido pela taxa cambial de 1º de janeiro de 2008 e as mutações ocorridas durante o exercício foram convertidas pela taxa de suas respectivas datas;

c) as receitas e despesas de 2008 foram convertidas utilizando as taxas cambiais médias mensais; e

d) as variações cambiais resultantes dos itens a), b) e c) acima foram reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, chamada ajustes acumulados de conversão.

iii. Registros contábeis - Todos os efeitos apurados pelos critérios de conversão para a moeda funcional foram registrados nos livros da Companhia em Reais, considerando a metodologia de conversão para a moeda de reporte.

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem os saldos de caixa e contas correntes bancárias. As aplicações financeiras de liquidez imediata cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo são classificadas nesta rubrica, conforme aplicável.

Contas a receber - Estão registrados pelos valores negociados. Os saldos em moeda estrangeira estão ajustados às taxas de câmbio em vigor na data dos balanços.

Estoques - As matérias-primas, produtos em processo e acabados estão demonstrados ao menor valor entre o custo médio de compra ou produção e o valor líquido de realização.

Imobilizado e Intangível - Apresentados ao custo de aquisição ou construção líquido da depreciação/amortização calculadas às taxas descritas nas Notas 7 e 8 com base no método linear. O direito de exploração da jazida foi suportado por laudo de avaliação. O custo inicial de preparação do solo antes da extração (decapeamento) é reconhecido no ativo imobilizado e amortizado mensalmente em função da capacidade estimada da área decapeada, na proporção de sua extração.

Diferido - Refere-se a despesas pré-operacionais incorridas na fase pré-operacional, amortizadas pelo método linear à taxa de 5% ao ano. A Companhia, conforme facultado pela Lei 11.941/09, decidiu por manter essas despesas pré-operacionais contabilizadas no ativo diferido até sua integral amortização.

Imposto de renda e contribuição social - Os passivos correntes provisionados são calculados com base na legislação em vigor na data das demonstrações financeiras, contabilizados pelo valor líquido de incentivos fiscais, ajustados pelas compensações do prejuízo fiscal e contribuição social, obedecendo ao limite estipulado em legislação específica. Os benefícios da isenção e redução de imposto de renda sobre o lucro da exploração, decorrentes das atividades exercidas em sua área incentivada, são primariamente contabilizados a crédito da despesa de imposto de renda no resultado do exercício. Subsequentemente, quando da alocação do resultado do exercício, referida parcela do incentivo fiscal é contabilizada a crédito de reserva específica no patrimônio líquido, conforme requerido pela legislação específica, com contrapartida em lucros acumulados.

Os créditos tributários ativos sobre adições temporárias (basicamente provisões que serão dedutíveis quando de sua realização) e saldo acumulado de prejuízo fiscal (apurado em anos anteriores) são reconhecidos às alíquotas legais vigentes na data do balanço patrimonial.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças de conversão de ativos não monetários, existentes em 31 de dezembro de 2008, foram registrados no passivo não circulante.

Provisões - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas da administração e de seus assessores jurídicos quanto aos riscos envolvidos.

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes - Os decorrentes de transações com empresas estabelecidas no exterior e empréstimos e financiamentos estão ajustados para refletir as taxas cambiais em vigor nas datas dos balanços. Os demais ativos e passivos indexados estão ajustados para refletir a atualização monetária constante dos contratos e/ou legislação em vigor nas datas dos balanços.

Apuração do resultado - As receitas de vendas e seus respectivos custos são reconhecidos no resultado no momento que ocorre a transferência da propriedade e dos riscos relativos aos produtos para o cliente. Os demais custos, despesas e outras receitas são registradas pelo regime contábil de competência de exercícios. Em 2008 e em 2009 até a data da mudança da moeda funcional para o Real, inclui os ganhos e perdas na conversão de itens monetários.

Uso de estimativas - A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, custos e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2009	2008
Caixa	5	5
Contas correntes bancárias	10.746	13.128
	10.751	13.133

5. ESTOQUES

	2009	2008
Produtos acabados	11.202	17.274
Produtos em processo	1.241	1.605
Matéria-prima	7.969	10.219
Insumo e materiais auxiliares	4.971	18.572
Almoxarifado	13.402	8.587
Importações em andamento	65	4.531
(-) Provisão para perda no estoque	(2.508)	(400)
Total	36.542	60.388

Em 2009, a Companhia registrou uma provisão referente a perdas ocorridas nas pilhas de caulim localizadas na mina decorrentes da exposição a agentes naturais no montante de R\$1.658.